



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	10. JAN. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

«Cinco meses no Ministério das Finanças»

• O balanço que se impunha, da autoria de Sousa Franco

«Cinco meses no Ministério das Finanças» é o título de uma brochura mandada publicar pelo professor Sousa Franco, que exerceu aquelas funções no Executivo de Lurdes Pintasilgo. O autor explica com pormenor o sentido da política financeira prosseguida, compendia as medidas que o tempo tornou possível concretizar e justifica as razões que levaram o titular da pasta a opor-se às controversas decisões de redução das taxas de juro e ampliação dos limites do crédito.

Sousa Franco critica a redução das taxas de juro por duas razões fundamentais: Repercussão desfavorável na balança de pagamentos (invertendo a tendência para o reequilíbrio evidenciada nos dois últimos anos) e desincentivação do investimento.

O autor refere-se ao impacto negativo da taxa de juro na balança de capitais, em parte devido à tendência que se verifica para a subida das taxas internacionais, o que irá tornar mais atraentes as aplicações em moeda estrangeira. «A descida das taxas internas, num momento em que sobem as taxas internacionais, constituiria um óbvio incentivo às empresas nacionais para o recurso ao crédito interno, em lugar de em substituição do crédito externo, com óbvios efeitos negativos na balança de capitais».

Outro receio que o professor Sousa Franco manifesta é o que se prende com a previsível redução das remessas dos emigrantes, em consequência da redução da taxa de juro portuguesa e da simultânea elevação da remuneração dos activos financeiros no estrangeiro. Num País como o nosso, em que numerosos factores psicológicos e circunstâncias objectivas retiram credibilidade às instituições de crédito (e a recente quebra do sigilo bancário não terá contribuído para a solução do problema), as remessas dos emigrantes demandam o sistema bancário português em busca de elevada remuneração, a qual terá de ser sensivelmente superior à vigente no estrangeiro. E Sousa Franco faz questão de acentuar que «o que conta é a taxa de juro internacional mais a taxa de desvalorização esperada». Ora, a taxa de juro em vigor no nosso País, adicionada à previsível desvalorização do escudo num período determinado, já fica aquém da remuneração dos activos financeiros em vários países estrangeiros.

Incentivo ao consumo de bens duradouros

Sousa Franco refere também



«Cinco meses de gestão muito difícil»

que a redução da taxa de juro torna os depósitos a prazo menos atraentes, incentivando a procura de bens duradouros, o que representa afinal «um convite ao consumo presente, em prejuízo da poupança». Esta orientação aponta, na perspectiva do antigo ministro das Finanças, para o regresso à situação verificada em 1977, «com a agravante de os bens de consumo duradouro terem um elevado conteúdo de importação, o que fará a balança de transacções correntes deteriorar-se ainda mais».

O autor recorda ainda que a melhoria verificada na balança de transacções correntes tem muito que ver com a redução dos circuitos paralelos ao mercado financeiro (mercado negro). Em 1976 e 1977, as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo (invisíveis correntes) não chegavam a entrar no nosso País, pelo menos a nível oficial, ficando retidas em aplicações no estrangeiro ou ingressando directamente no circuito particular de especulação com divisas.

Não é este o único efeito perverso que Sousa Franco aponta para a redução das taxas de juro. É que, refere, também não faz sentido baixar de forma sensível a taxa de juro para, afinal, aumentar o investimento público. Este aumenta-se, alargando as dotações para o efeito e não através de mecanismos de política financeira, que constituem, no caso vertente, o caminho mais invio e seguramente menos eficaz. Mesmo o argumento de que, dessa forma, se estará ajudando o sector privado não procede (a não ser, talvez, admite o autor, no sector da habitação), pois aquele já vinha atingindo os *plafonds* de crédito estabelecidos

nente de importação, em que cada posto de trabalho *custa* muitas centenas de contos em divisas), em prejuízo do apoio às empresas de *trabalho intensivo* (única solução para enfrentar com êxito o desemprego existente no sector produtivo).

Sousa Franco mostra-se convencido de que é sobretudo ao nível da falta de confiança (razões psicológicas, subjectivas) que se deve explicar a reduzida propensão para investir (a formação bruta de capital fixo deve ter baixado um por cento no ano findo em relação a 1978, segundo refere, preconizando, em consequência, uma política de subsídios e incentivos fiscais.

O antigo titular da pasta das Finanças assinala igualmente na sua brochura a inconveniência em reduzir de imediato o ritmo de desvalorização do escudo para níveis inferiores aos 0,75 por cento ao mês, pois tal facto, não sendo enquadrado num conjunto de medidas anti-inflacionistas, poderá condenar os portugueses a novo agravamento do custo de vida e ao regresso a elevados défices da balança de pagamentos, o que seria desastroso. Neste contexto, o comentário é incisivo: «Nisso (nesta política) não poderia consentir a equipa do Ministério das Finanças».

Voluntarismo ou economicismo?

António Ribeiro

Nunca nos pareceu insólita a *divergência* que se desvendou nas últimas semanas de vigência do V Governo, entre a visão política progressiva da Primeira-Ministra e a perspectiva mais economicista do titular da pasta das Finanças. Pensamos ter sido saudável e positivo que esta velha querela entre o *voluntarismo humanista* e o *economicismo tecnocrático* tivesse surgido pela prática contraditória de um Governo que, apesar disso, conseguiu trabalhar e *szet coisas*, mexendo um pouco no borolento *statu quo* em que se eterniza a nossa *coisa Pública*.

Por isso mesmo (se outras razões não houvesse, entre as quais avulta o interesse científico do texto elaborado pelo professor Sousa Franco), importava dar público conhecimento, nas colunas de «Portugal Hoje», do testemunho do ex-Ministro ao País. O risco é conhecido e prende-se com o esoterismo próprio da terminologia dos especialistas, pouco acessível ao grande público e seguramente falha de estética jor-

nalística. Ficou-se portanto a meio termo, divulgando apenas a parte referente à controversia estabelecida em torno do conteúdo financeiro do chamado *pacote social* de Dezembro e deixando para trás questões não menos interessantes, mas cuja abordagem neste momento tornaria a síntese demasiado longa.

Um comentário final aos *comentários* do ex-membro do Governo: Num País em que o *berreiro* dos despeitados tende a sobrepor-se ao diálogo sereno e construtivo, à argumentação racional e devidamente fundamentada, a publicação da brochura «Cinco meses no Ministério das Finanças» corre o risco de ser mal interpretada por algum escriba demasiado zeloso do seu chafurdo. Não deve tal facto impressionar o professor e o governante. Há coisas que estão mudando em Portugal. Devagarinho, é certo. Mas de forma efectiva. Haja, pois, paciência para perseverar no caminho certo.